

PEDIDO DE PARECER VINCULATIVO SOBRE AS OPERAÇÕES PREVISTAS NO ÂMBITO DO IFRRU

Livro de registo:*
Reg. Ent. n.º:*
Processo n.º:*
Registado em:*
O Trabalhador:*

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal

REQUERENTE

Nome:
Domicílio/Sede: Nº: Lote: Código Postal:
Localidade: Freguesia: Concelho:
NIF/NIPC: BI/CC: Passaporte: Válido até:
Telefone: Telemóvel: Fax:
E-mail:
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT):

REPRESENTANTE

Nome:
Domicílio/Sede: Nº: Lote: Código Postal:
Localidade: Freguesia: Concelho:
NIF/NIPC: BI/CC: Passaporte: Válido até:
Telefone: Telemóvel: Fax:
E-mail:
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT):
Qualidade de: Representante Legal Mandatário Gestor de Negócios Outros

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

Mais **consente** que as notificações/comunicações do município lhe sejam feitas via:

Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT) Telefone Telefax

Não obstante, as notificações/comunicações por via postal deverão ser enviadas para a seguinte morada:

Requerente Representante Outra morada (por favor, indique):

Domicílio/Sede: Nº: Lote: Código Postal:

Localidade: Freguesia: Concelho:

* Reservado aos Serviços



IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação da Operação

OBJETO DA OPERAÇÃO

Prédio inscrito na Conservatória do Registo Predial de _____ sob o n.º
e inscrito na matriz sob o artigo _____ da freguesia de _____

N. DE PROCESSO CAMARÁRIO

Número de Processo Camarário relativo ao pedido de licença, à comunicação prévia ou ao pedido de informação prévia (PIP)

DOCUMENTOS A ENTREGAR – na ausência de processo camarário

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação

Estimativa do custo total da obra

Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos

Fotografias do imóvel

Outros elementos a exigir na instrução dos pedidos de licença, da apresentação de comunicação prévia ou do pedido de informação prévia (PIP), tendo em conta o projeto e o tipo de controlo prévio associado (licenciamento municipal ou comunicação prévia), conforme o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de abril, a qual estabelece os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro

O Requerente

O Representante,

Observações: Parecer sujeito ao pagamento de taxa municipal, conforme estipulado no número 17 do art.º 1º.

